



Mário Castelo/AE

Serra: emendas à LDO

José Serra contesta austeridade

ESTADO DE SÃO PAULO
10 MAI 1990

XICO SÁ

No texto do primeiro projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) enviado ao Congresso, em abril, o governo propôs menos austeridade nos gastos públicos do que a LDO aprovada no último ano da administração do ex-presidente José Sarney. Um estudo feito pelo deputado José Serra (PSDB-SP), relator do projeto do ano passado, descobriu que a equipe econômica do presidente Fernando Collor praticamente copiou 53 dos 59 artigos do texto de 1989, foi moderado no setor de gastos com pessoal e omitiu alguns cortes, como, por exemplo, a proibição de despesas com manutenção de carros oficiais.

A proposta da LDO, segundo Serra, é vaga e tímida quando recomenda que os gastos com os custos da máquina administrativa em 1991 não poderão ultrapassar as despesas desse ano. O deputado propõe, em uma das cem emendas que apresentará ao projeto, que a cada mês do próximo ano o governo reduza em 10% estes gastos. No atual exercício as despesas equivalem a 10% do PIB, cerca de US\$ 35 bilhões. "É um nível recorde", diz.

O prazo para votação do projeto no Congresso se encerra em junho. Até lá, o senador José Richa (PSDB-PR), relator, deverá receber centenas de emendas — no ano passado o texto da LDO foi alterado 635 vezes. Uma das emendas de José Serra, a que propõe o corte total das subvenções do governo às entidades de previdência, atinge diretamente as mordomias dos parlamentares — o Instituto de Previdência do Congresso (IPC) consome anualmente Cr\$ 850 milhões. No texto de 1989, deputados e senadores do PFL, PMDB, PDS e PL — que hoje apóiam o governo no Congresso — derrubaram propostas semelhantes. "Vamos enfrentar resistência", prevê Serra.

Os clubes e associações re-creativas beneficiados com dinheiro do governo também estão na mira das emendas do deputado do PSDB. "Não é justo que o contribuinte pague o lazer de funcionários", diz. Os deputados e senadores, por exemplo, possuem dois dos mais luxuosos clubes de Brasília — um campestre e outro urbano.

No seu estudo, o deputado José Serra aponta uma falha do governo no capítulo dos impostos. No texto da sua LDO, o selo pedágio, por exemplo, fica sem explicação. "Não se sabe se o presidente deseja extinguir ou permanecer com o selo", critica. As contribuições sociais também não são detalhadas pelo texto. O deputado vai propor ao governo que elabore um projeto de Código Tributário Geral para que os parlamentares possam entender o que o presidente deseja.